

Universidade Federal da Paraíba
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

ENTENDENDO A EXTENSÃO



ENTENDENDO A EXTENSÃO

1. Como a UFPB faz Extensão?

Diante do contexto paraibano com situações de exclusão e extrema miséria de certas camadas da população, é histórica a atuação da extensão na UFPB tanto com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos vulneráveis, como também em comunidades de baixa renda, procurando contribuir para mudar esse quadro, com a produção de conhecimento e ações significativas, por meio do diálogo entre saberes, interagindo com o outro de forma participativa, conhecendo a realidade e contribuindo para uma transformação social e cidadã.

As ações de maior incidência estão, entre outras, na mobilização para a organização social, na capacitação continuada para a educação básica, na saúde preventiva e humanização dos serviços, na promoção dos direitos humanos, na fruição das linguagens artísticas e culturais, no desenvolvimento da economia solidária e familiar, na popularização da ciência, na defesa do meio ambiente e desenvolvimento sustentável e na difusão de tecnologias sociais.

Os eixos integradores para potencializar os impactos e a visibilidade das atividades extensionistas são as áreas temáticas, a territorialidade das ações e os grupos populacionais prioritários.

Na política institucional da UFPB, considera-se a Extensão como oportunidade de os discentes terem experiência de aprendizado contextualizado como atividade acadêmica, em espaços não formais, ocorrendo uma efetiva interação entre teoria e prática. Desde a década de 1990 (Resolução CONSEPE N. 09/93) a UFPB reconhece o aproveitamento da atividade extensionista como disciplina complementar optativa e, de forma mais abrangente, como conteúdo complementar flexível, ao lado dos projetos de ensino e de pesquisa integralizando até 20% da carga horária total do curso (Resolução N. 39/99). No que tange à regulamentação posterior para elaboração do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação, os projetos de ensino, de pesquisa e de extensão são mantidos como componentes curriculares flexíveis, com o mesmo limite percentual (Resoluções N. 34/2004 e N. 07/2010).

Como fomento ao desenvolvimento da extensão, a UFPB mantém, com recursos próprios, o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PROBEX) para os estudantes regularmente matriculados, além do apoio à divulgação da produção acadêmica com publicações na Série Extensão e da Revista Eletrônica Extensão Cidadã.

A experiência dos extensionistas da UFPB tem resultado em reflexões teórico-metodológicas de amplo alcance, com um reconhecimento nacional em diversas áreas, na captação de recursos, na liderança de redes e de grupos de trabalho.

2. O que entendemos por Extensão?

Embora existam diferentes abordagens e compreensões sobre o conceito de Extensão, há consenso em considerar a Extensão como um processo educativo, cultural e científico que, sob o princípio da indissociabilidade, promove a articulação do conhecimento gerado pela pesquisa com as atividades de ensino em função dos problemas, demandas, direitos e deveres da sociedade e das necessidades do desenvolvimento regional. Cada vez mais é deixada de lado a visão assistencialista da Extensão para priorizar o diálogo, a interação e a troca do conhecimento da academia com o saber dos diferentes setores da sociedade em arranjos de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais e de interação com as políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentável e socialmente justo. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) apresenta quatro eixos que devem orientar a ação extensionista:

- impacto e transformação;
- interação dialógica;
- interdisciplinaridade e
- indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

3. Quais são os principais objetivos da Extensão?

Da definição acima, depreende-se que a Extensão possui dois objetivos principais:
- contribuir para a transformação da sociedade, ou seja, para que seus diversos setores e

grupos (comunidade, gestores, empresários, agricultores, instituições governamentais, organizações não governamentais e atores diversos) possam satisfazer suas necessidades e demandas, desenvolver suas capacidades, aproveitar as oportunidades, cumprir os seus deveres e ter os seus direitos protegidos e realizados;

- contribuir para que os alunos obtenham as competências necessárias à atuação profissional e sua formação cidadã e, para que professores e pessoal técnico-administrativo da Universidade se desenvolvam profissionalmente num processo continuado de formação entre teoria e prática.

No Plano Nacional de Extensão Universitária (2001, p. 44) se reafirma a atividade “como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade”, o que implica relações multi, inter e transdisciplinares.

4. Quais são as diversas formas em que se pratica a Extensão?

Na perspectiva de uniformizar e sistematizar as ações de Extensão, o FORPROEX classifica essas ações em cinco grandes categorias: **projetos, programas, eventos, cursos e prestação de serviços**, que podem ser de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico.

O **PROJETO** é definido como um conjunto de ações de extensão integradas com a pesquisa e o ensino que persegue objetivos específicos direcionados a atender demandas e conseguir mudanças nas instituições e grupos sociais, num prazo determinado (por exemplo, os projetos apoiados pelo PROBEX que a UFPB promove).

Já o **PROGRAMA** tem um caráter mais amplo e possui objetivos e diretrizes institucionais mais abrangentes. No programa se articulam projetos e outras ações (cursos, eventos e prestação de serviços) que possuem objetivos convergentes implementáveis no médio e longo prazos.

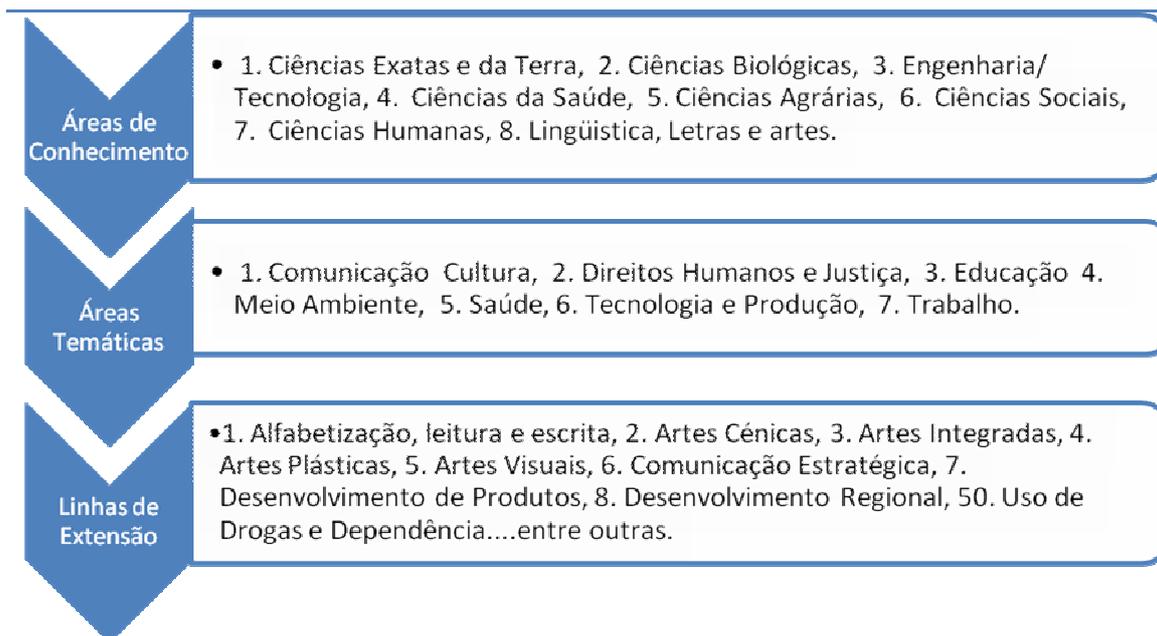
CURSOS de extensão são ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, com carga horária planejada e organizada de, no mínimo, oito horas, com critérios de avaliação pré-definidos, realizadas de modo sistemático para diversos públicos. Pelas normas da UFPB, os cursos de extensão não podem ter carga horária inferior a 15 horas. Portanto, os cursos abaixo dessa carga horária são considerados eventos.

EVENTOS são ações que implicam na apresentação e/ou exibição pública (livre ou com clientela específica) do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico, desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade. Entre os eventos de extensão temos congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, espetáculos, eventos esportivos, festivais, campanhas e outras ações pontuais.

Por último, são consideradas como ações de extensão as **PRESTAÇÕES DE SERVIÇO**, tais como: atendimento ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia; serviços de assessoria e consultoria; patentes; contratos de transferência de tecnologia; exames e laudos técnicos; atendimento jurídico e judicial; atendimento em saúde humana e animal. Esses serviços podem ser oferecidos pela Universidade gratuitamente ou contratados por terceiros (comunidade, empresa, ONG, instituição pública, etc.). Importante notar que essas diferentes formas de efetivar a Extensão podem ser mais ou menos efetivas no alcance dos objetivos, cabendo à política de Extensão da Universidade promover aquelas ações que trazem o maior impacto na transformação da sociedade e desenvolvimento regional.

5. Quais são os tipos de Extensão?

Dada a sua abrangência, várias tipologias têm surgido no campo da extensão universitária. Para facilitar os estudos, monitoramento, avaliações e relatórios sobre a produção da extensão universitária, o FORPROEX adota as oito áreas de conhecimento definidas pelo CNPq e estabelece oito áreas temáticas e 53 linhas de extensão. Como pode ser visto no diagrama abaixo, qualquer projeto, programa, curso, evento ou prestação de serviços de extensão pode ser classificado por área do conhecimento, área temática e linha de extensão.



6. Qual a diferença entre Pesquisa e Extensão?

Para esclarecer esta questão é importante primeiro qualificar o que é pesquisa básica e o que é pesquisa aplicada. A pesquisa básica é aquela que é feita em determinada área ou tema sem que se apresente uma aplicação específica em determinados campos (médico, industrial, agrícola, serviços etc). Caracteriza-se pela busca de conhecimentos básicos para formulação e teste de hipóteses e/ou respostas de questões iniciais sendo, portanto, diretamente responsável pelo desenvolvimento científico. Este tipo de pesquisa básica que não envolve a participação e engajamento dos diversos setores da sociedade (empresários, agricultores, prestadores de serviços) não é considerada Extensão, embora posteriormente seus resultados possam ser usados em pesquisas aplicadas e em ações de Extensão.

E a pesquisa aplicada é Extensão?

Se esta pesquisa é realizada com a participação ou envolvimento com o setor produtivo ou com os grupos interessados e traz como resultados a adoção de novas tecnologias, aquisição de habilidades, mudança de comportamento, novos processos, serviços e produtos etc. é considerada Extensão.

A pesquisa-ação tem uma grande proximidade com a extensão na medida em que, sem abandonar a cientificidade, trabalha com a compreensão e a priorização do problema, procura soluções e a aprendizagem dos participantes.

Tanto da pesquisa pode-se caminhar para a extensão, como da extensão pode-se chegar à pesquisa.

7. O que significa a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão?

Nas diversas publicações e documentos sobre extensão universitária, fala-se muito da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, mas a efetivação deste princípio constitucional nas políticas e ações articuladoras nas Instituições de Ensino Superior ainda é um grande desafio. A indissociabilidade entre essas funções significa basicamente que tanto a pesquisa como a extensão promovem uma construção social de conhecimento, e tanto ensino como a extensão são formas de aprendizagem. Sem esquecer que a aprendizagem também é expressão de conhecimento.

A pesquisa e a extensão em interação com o ensino e a sociedade permitem operacionalizar a vinculação entre teoria e prática, a democratização do saber acadêmico e o retorno desse saber à sociedade – já testado e com novas questões e recomendações à Universidade. Uma boa articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão conduz a mudanças significativas nos processos de construção do conhecimento e de ensino-aprendizagem, melhorando a formação dos estudantes, técnicos e professores. Na prática, o que se observa são grupos de professores somente dedicados, isoladamente ou com baixa interação, ao ensino, à pesquisa, à extensão. Apenas uma minoria realiza ações integradas de

pesquisa, ensino e extensão. Também se observa que quanto mais qualificado o docente, mais ele tende a se afastar do ensino de graduação e da extensão para se dedicar à pesquisa e ao ensino e orientação na pós-graduação, como se essas atividades não pudessem se integrar. Outras vezes os projetos de extensão permanecem dissociados dos conteúdos das disciplinas e das atividades de ensino de graduação e de pós-graduação.

A articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão deve ser tarefa de todos os professores da instituição na condução do processo pedagógico de ensino-aprendizagem dos estudantes.

8. Que metodologias priorizar na prática extensionista?

A extensão universitária, no seu fazer pedagógico, abraça as abordagens metodológicas participativas considerando como ponto de partida para a construção do conhecimento a prática social dos sujeitos participantes da ação, em vez do conhecimento acadêmico. É essa prática que orienta o processo extensionista. Antes de se elaborar propostas, é preciso extrair dos sujeitos os elementos de suas práticas: quem são, o que fazem, o que sabem, o que viram, o que querem, que desafios enfrentam... Assim, o conceito aparece como ferramenta que ajuda a aprofundar o conhecimento real, e não a fazer dele mera abstração. A aprendizagem por meio da extensão busca apoio na relação teoria-prática, a partir de dados da realidade coletivamente apreendidos. Dessa forma, se visibiliza uma metodologia de extensão que reforça suas dimensões participativa, crítica e emancipatória.

A construção extensionista não está limitada aos pares, abrange uma grande diversidade de públicos externos com os quais é preciso estabelecer uma interlocução para identificar problemas, informar, capacitar e propor soluções. Esse trabalho social deve contemplar tanto os integrantes das entidades, organizações e movimentos parceiros, como fomentar a construção e aperfeiçoamento dos seus processos organizativos.

9. Quais as ações de Extensão são mais efetivas e produzem o maior impacto?

Por definição, a efetividade de toda ação de extensão se verifica pelo grau de alcance dos objetivos que nela foram estabelecidos. Já o impacto dessas ações considera também os efeitos mais abrangentes (positivos e negativos), aqueles que não estavam programados e os efeitos multiplicadores que as ações de extensão podem induzir nos setores e grupos que participam, ou não, nas iniciativas de Extensão. Apesar da inexistência de um sistema de avaliação institucional da extensão que permita aferir os resultados, identificar as dificuldades e estabelecer as lições aprendidas, a fim de ajudar na definição e desenvolvimento de políticas de Extensão Universitária, já existem alguns critérios que podem ajudar na promoção, desenvolvimento e avaliação das ações da Extensão Universitária. Esses critérios são estabelecidos tendo como base os princípios e diretrizes envolvidos no próprio conceito de avaliação e na função atribuída à Universidade no desenvolvimento do país num estado de direito.

(a) *Vinculação das ações de extensão com as políticas públicas*: aquelas ações de extensão que estejam relacionadas aos programas e projetos de governo, empresas e ONGs tendem a ser mais efetivas e de maior sustentabilidade política e financeira;

(b) *Engajamento e participação dos atores (troca de saberes)*: quando população e instituições interessadas participam e são reconhecidos como os atores-chaves de seu próprio desenvolvimento, também com capacidade de experiências alternativas e autônomas, e não simplesmente como receptores de bens e serviços, existe maior apropriação e sustentabilidade dos resultados;

(c) *Desenvolvimento de capacidades*: aquelas ações de extensão orientadas para desenvolver as capacidades individuais e institucionais para identificar, resolver problemas e estabelecer objetivos de desenvolvimento são mais efetivas e empoderantes do que ações assistenciais ou filantrópicas;

(d) *Objetivos e metas claras*: aquelas ações de extensão que não estabelecem em forma clara e consistente os objetivos e metas sobre o que quer ser alcançado – seja na vida e nas condições das pessoas, nas empresas e instituições ou na melhoria dos produtos, processos e serviços, entre outros – não conseguem, via de regra, estabelecer estratégias consistentes para alcançar os seus objetivos, nem é possível monitorar e avaliar os resultados da ação;

(e) *Parcerias estratégicas*: as ações de Extensão que envolvem o saber diferenciado de várias instituições com interesses convergentes tendem a ter maior continuidade e melhores

resultados.

Os critérios estão relacionados às práticas identificadas na experiência de extensão e nas iniciativas de desenvolvimento nacional e internacional. Critérios mais específicos podem estar relacionados, entre outros, com áreas temáticas e populações prioritárias, setores e áreas geográficas, demandas e urgência dos problemas, impacto esperado, integração docente e discente, colaboração entre departamentos e integração nos conteúdos das disciplinas.

10. Como avaliar as ações de extensão?

Na perspectiva de uma avaliação que promova o aprendizado e o empoderamento dos envolvidos nas ações de extensão, se requer que a avaliação: (a) facilite e promova a participação e engajamento da população envolvida e dos grupos organizados da sociedade civil e que; (b) mostre a contribuição das ações de extensão, vinculadas tanto aos resultados finalísticos (na vida das pessoas) como na eficiência e qualidade dos processos e estratégias que estão sendo implementadas. A operacionalização desse tipo de avaliação requer o conhecimento prévio da realidade e dos problemas a serem enfrentados com base em evidências e com a participação da população, comunidade, empresários e parceiros que participam da iniciativa. Esta análise de situação, também chamada de linha de base, proporciona o conhecimento prévio da localidade, das capacidades que precisam ser desenvolvidas, bem como do capital cultural e das habilidades dos agentes parceiros nas ações de extensão.

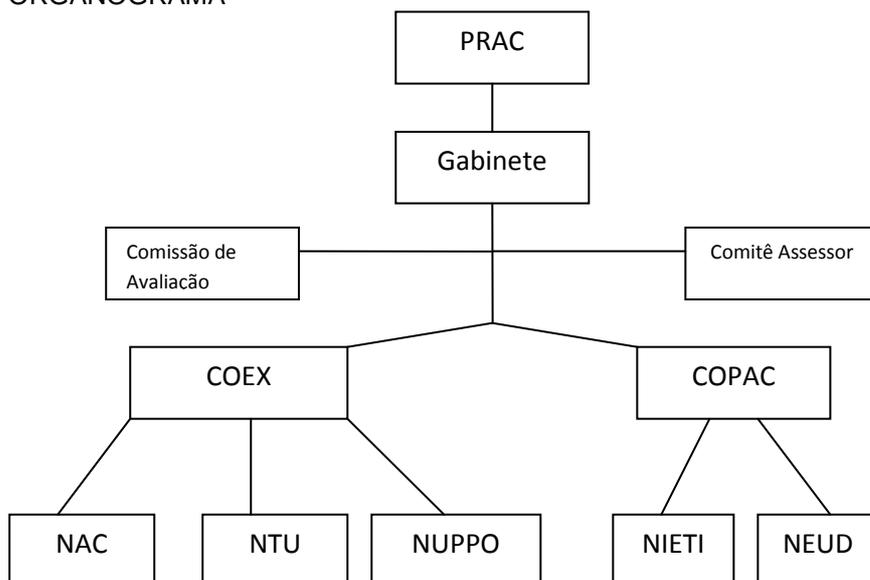
A partir desta análise, se faz necessário estabelecer em forma clara os objetivos e metas de curto, meio e longo prazos a serem alcançadas. Importante observar que as ações de extensão realizadas pela UFPB, podem estar contribuindo para objetivos mais amplos de políticas públicas cujos resultados não podem ser atribuídos unicamente às ações de extensão.

Com base em indicadores quantitativos e qualitativos vinculados aos objetivos e metas, será possível realizar o monitoramento e avaliação sistemática e processual, permitindo o acompanhamento das ações e a verificação dos resultados obtidos. Além disso, as análises de causalidade e de tendências, e de triangulação (grupos focais) feitas em conjunto com a população envolvida poderão indicar como estamos avançando, identificar lições aprendidas e dar recomendações para ações futuras.

Conheça o Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGProj, do MEC/SESU
<http://sigproj.mec.gov.br/>

UFPB/PRAC
Térreo da Reitoria – Cidade Universitária
João Pessoa – PB CEP 58.051-900
Fone: (83) 3216-7990 Fax: (83) 3216-7111
Email: extensao@prac.ufpb.br Site: <http://www.prac.ufpb.br/>

ORGANOGRAMA



Universidade Federal da Paraíba

Rômulo Soares Polari
Reitor

Maria Yara Campos Matos
Vice-Reitora

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Fernando Augusto Medeiros da Silva
Coordenação de Programas de Ação Comunitária – COPAC

Carlos Anísio de Oliveira e Silva
Coordenação de Extensão Cultural – COEX

Marco Aurélio Alcântara Damasceno
Coordenador do Núcleo de Arte Contemporânea – NAC

José Everaldo de Oliveira Vasconcelos
Coordenador do Núcleo de Teatro Universitário – NTU

Beliza Áurea de Arruda Mello
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular – NUPPO

Maria das Graças Lucena
Coordenadora do Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisa da Terceira Idade – NIETI

José Paulo Marsola Garcia
Coordenador do Núcleo de Estudos e Ações em Urgências e Desastres – NEUD

Comitê Assessor de Extensão – 2011

PRAC – Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

PRAC/COEX – Carlos Anísio de Oliveira e Silva

PRAC/COPAC – Fernando Augusto Medeiros da Silva

CCEN – José Antonio Novaes

CCHLA – Maria de Fátima Almeida

CCJ – Juliana Toledo Araújo Rocha

CCM – Wladimir Nunes Pinheiro

CCS – Gildeci Alves de Lira

CCSA – Ivan Ramos Cavalcanti

CE – Rossana Petrucci do Vale

CT – Aurélia A. Acuña Idrogo

CCA – Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho

CCHSA – Celene dos Santos Ataíde

CCAE – Saulo Emmanuel Vieira Maciel

HU – Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

SINTESP – Mauro Barbosa da Silva

Anjos do Asfalto – Cel. Almiro Coronel

Créditos

Texto – Manuel Buvnich, Bernardina Carvalho, Lúcia Guerra

Marca – David Fernandes

Arte e Diagramação – Hossein Albert